

APRESENTAÇÃO

Eliane Cristina Deckmann Fleck (UFPeI)

Maria Cristina Bohn Martins (Unisinós)

Organizadoras

Entre 1609 e 1610, os jesuítas deram início a uma missão entre grupos de indígenas guaranis que se tornou paradigma das chamadas “*reducciones de indios*”. Mesmo que o interesse espiritual estivesse no centro de suas preocupações, o objetivo que os jesuítas acalentavam era o de promover uma transformação profunda na vida dos nativos, envolvendo, também, as esferas do político, do social, do econômico e do cultural em sentido amplo. De tal modo, além de erradicar suas formas tradicionais de religiosidade e de conduzi-los a práticas católicas, também se pretendia mudar seus modos de vestir, de trabalhar, de educar seus filhos, de relacionarem-se com suas esposas, de tratarem suas doenças, de celebrar vitórias, de honrar seus mortos, entre tantas outras coisas. Também, é claro, aspiravam que os indígenas aceitassem viver sob a vassalagem de um rei cristão que pretendia governar povos unificados pela fé.

Ao expandirem-se, as reduções jesuíticas atingiram a região do “Tape”, no atual Rio Grande do Sul. Entre 1626 e 1634, fundaram-se ali dezoito núcleos, incluindo *San Nicolás* — cuja fundação pelo Padre Roque González de Santa Cruz, em 1626, celebra o seu aniversário este ano. No entanto, esta vaga inicial de evangelização foi travada pelas incursões de apresamento indígena para serem escravizados. Enquanto a historiografia brasileira define estes homens como “bandeirantes”, as fontes jesuíticas da época designavam-nos como “mamelucos” e “paulistas”. Devido a estes ataques, as comunidades recuaram para a margem direita do rio Uruguai. O regresso às terras a ocidente só ocorreu após a contenção da ameaça paulista, iniciando uma nova fase para estes “*pueblos de indios*”. Com maior estabilidade e crescimento demográfico, as missões tornaram-se pilares da economia platina através da exportação de erva-mate e da pecuária. Paralelamente, consolidou-se um modelo urbano estruturado em torno da igreja e da praça central — o coração da vida pública —, cujo traçado, ao lado das atividades musicais e da estatutária sacra, se constituiu em elemento de fama das reduções.

No final do século XVII, o retorno dos guaranis e dos jesuítas à região do Tape deu início à fundação dos “Sete Povos das Missões” no atual território do Rio Grande do Sul. Além de São Nicolau, que foi reestruturado, o processo incluiu a criação de outros seis núcleos: São Francisco de Borja, a primeira da região, fundada pelo padre Francisco Garcia como uma exten-

são de São Tomé; São Luiz Gonzaga, estabelecida em 1687 sob a direção de Alfonso del Castillo mediante a transferência de habitantes de São Joaquim e Santa Tereza; e São Miguel Arcanjo, também em 1687. Posteriormente, ergueram-se São Lourenço Mártir (1690), liderada pelo padre Bernardo de La Vega com nativos de Santa Maria Maior; Santo Ângelo Custódio (1707), sob o comando do padre Diogo de Hasse; e São João Batista (1735), fundada pelo padre Antônio Sepp com parte da população deslocada de São Miguel.

A não ser pela descrição deixada pelo Padre Sepp, não temos registros dos eventos que acompanhavam a fundação destes povoados, mas podemos supor que eles deveriam ser próximos daquilo que o jesuíta narrou sobre o estabelecimento em São João. O caráter solene do acontecimento se manifestava já na partida do grupo, envolvendo elementos de sensibilização coletiva:

Montávamos cavalos bem ajaezados; os caciques [...] levavam fasces e o capitão [...] estava munido de um bastão, insígnia de supremo juiz. Retumbavam as trombetas e flautas. [...] Na outra manhã [...] subimos o outeiro onde erigimos [...] a Cruz, em sinal da tomada de posse daquela terra, [...] em seguida foi cantado o hino [...] acompanhado por trombetas e tímpanos pelo músico que, para este fim, trouxera comigo; depois [...] o beijamos, agradecendo [...] os benefícios que nos concedera¹.

Após exaltar as qualidades da terra e convocar os povoadores a acolhê-la e torná-la produtiva, Sepp dividiu os terrenos entre os caciques e mandou erguer *“uma cruz a guiza de marco [...] além da qual não era permitido avançar”*. Depois, lançou *“sobre a nova colônia a costumada benção dos campos, para expulsar os demônios que, por causa da infidelidade destes gentios, habitavam [...] estes lugares”*².

A descrição evidencia o caráter solene dos atos que marcavam a fundação de um novo povoado, permitindo presumir que a cerimônia oferecia aos guaranis um meio de estabelecer vínculos com o novo espaço. Celebrações e visitas posteriores deveriam consolidar os laços já firmados com os parentes do povoado original e com a memória dos antepassados.

Considerando que, em 2026, se completam 400 anos da instalação da missão de São Nicolau, na margem esquerda do Rio Uruguai, e visando

1 Sepp, Antônio. **Viagem às Missões jesuíticas e Trabalhos Apostólicos**. Tradução de Wolfgang Harnish. Editora Itatiaia, BH; Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1980, p. 201-203.

2 Sepp, 1980, p. 208.

à reflexão sobre os significados e objetivos da missionação jesuíta e sobre as respostas das populações autóctones em relação a isto, apresentamos o Dossiê “Missões jesuítico-guaranis: história, patrimônio e memória”. Nele, são divulgados onze artigos de investigadores que se dedicam ao estudo da história das missões jesuítico-guaranis, temática que tem merecido a atenção da historiografia regional, nacional e internacional, como fica demonstrado na vasta e diversificada produção bibliográfica existente sobre ela.

Mais do que homenagear os 400 anos da instalação da Companhia de Jesus em territórios da América platina sob domínio dos Impérios português e espanhol, os trabalhos que o compõem atestam a potencialidade e a vitalidade da temática e, sobretudo, a valiosa contribuição que as mais recentes abordagens teórico-metodológicas, o diálogo com a Antropologia e a transcrição e divulgação de fontes históricas – documentais, cartográficas, arqueológicas, midiáticas, orais e outras – têm dado aos estudos da missionação jesuíta, oferecendo novas possibilidades de interpretação para a duração e/ou êxito do projeto religioso e civilizacional desta ordem religiosa.

O primeiro artigo do presente dossiê intitula-se *Missões jesuíticas entre os-guaranis: a comunidade, as celebrações e o poder*. Nele, Maria Cristina Bohn Martins considera a conjuntura vivenciada pelos chamados Sete Povos das Missões diante do cenário instaurado pela assinatura do Tratado de Madrid (1750) e pela subsequente Guerra Guaranítica (1753–1756) para analisar o manuscrito anônimo *Breve relación de las fiestas reales de San Borja* (1760), produzido na redução de São Borja por um dos jesuítas que participou das festividades em celebração à coroação de Carlos III da Espanha. O artigo discute essa celebração, examinando seus significados rituais e simbólicos e as reorientações experimentadas pelas comunidades das reduções jesuíticas após o tratado, destacando, em especial, a redefinição da posição ocupada pelos jesuítas nesse contexto.

Em *O flagelo da justiça divina e o retrato da morte nas reduções da Província jesuítica do Paraguai dos séculos XVII e XVIII*, Eliane Cristina Deckmann Fleck aborda o impacto que as epidemias e as concepções cristãs-ocidentais sobre doença e morte tiveram nas populações guaranis contactadas pelos missionários jesuítas, e sua tradução, em termos de representações e práticas sociais, nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. Para tanto, analisa os registros feitos pelos missionários, privilegiando as Cartas Anuais, com o objetivo de demonstrar como a busca pela cura das doenças determinou não só a observação cada vez mais racional da flora existente no entorno das reduções, como também a apropriação de determinados saberes e práticas curativas empregadas pelos indígenas. A autora não descuida, no entanto, de ressaltar que os missionários, apesar

de, gradativamente, incorporarem a farmacopeia americana e muitas das práticas curativas nativas, seguiram manipulando habilmente as ocorrências de epidemias e as eventuais curas, em uma estratégia missional que foi fundamental para o êxito do projeto de civilização-conversão da Companhia de Jesus junto aos guaranis.

No próximo artigo, Luís H Balk Chagas e Telmo Brugali Flores analisam a formação, o desenvolvimento e a dissolução do denominado Povo Novo de São Miguel, núcleo missioneiro guarani estabelecido ao sul do rio Ibicuí-Mirim na década de 1750, no contexto das transformações desencadeadas pelo Tratado de Madrid (1750). Os autores recorrem a fontes documentais e cartográficas, com o objetivo de apresentar este assentamento como uma estratégia jesuítico-guarani de resistência e adaptação, demonstrando sua intrínseca articulação com a formação da Estância de São Pedro. De acordo com Chagas e Flores, as pressões das comissões demarcadoras ibéricas e os conflitos internos inviabilizaram a continuidade do povoado, culminando na sua dissolução e nos deslocamentos dos indígenas para outras reduções e para áreas de estâncias missioneiras tardias, promovendo uma reconfiguração do território missioneiro.

Em *As “Juntas” dos povoados missioneiros das frentes missionárias do Paraná e do Uruguai e a administração colegiada jesuítica (1731-1740)*, Antonio Dari Ramos discute o papel desempenhado pelas reuniões acontecidas nos povoados guarani-jesuíticos, denominadas de *Juntas*, na administração do cotidiano reducional. Para tanto, analisa o *Libro de Consultas do Padre Provincial*, os *Memoriales* referentes às duas últimas décadas da experiência missionária antes da assinatura do Tratado de Madrid, e as Cartas Anuais do período, a fim de demonstrar a existência de uma administração colegiada nos povoados missioneiros, a despeito de uma teoria vertical de governança própria da Companhia de Jesus.

Artur Henrique Franco Barcelos e Eduardo dos Santos Neumann, em *Do grafismo à razão gráfica: cultura escrita e cartografia indígenas nas reduções guaranis (século XVIII)*, demonstram que o grafismo, milenarmente expressado pelos Guarani em sua cultura material, encontrou na escrita e na cartografia trazidas pelos jesuítas um meio de comunicação que foi apropriado e utilizado. De acordo com os autores, os Guarani não apenas forneceram informações culturais e geográficas para que os jesuítas redigissem seus diários, crônicas, informes e elaborassem seus mapas. Nesta documentação setecentista, é possível também perceber uma agência indígena, evidenciada na adoção da razão gráfica e na produção de textos e mapas em colaboração com os jesuítas ou de forma autônoma.

Em *Dime con quién sueñas... escritura jesuítica y reconfiguración del mun-*

do onírico indígena en la reducciones del Paraguay, Carlos Daniel Paz e Guilherme Galhegos Felipe analisam o papel dos sonhos indígenas nas reduções jesuíticas do Paraguai durante os séculos XVII e XVIII, procurando demonstrar que eles se constituíam em um espaço de disputa histórica, sendo que, através de sua análise, pode-se vislumbrar processos mais amplos de controle, tradução cultural e silenciamento de ontologias indígenas no contexto colonial. Segundo os autores, nas sociedades indígenas, os sonhos funcionavam como formas legítimas de conhecimento, comunicação e previsão, mediando relações entre humanos, não humanos, ancestrais e forças do mundo natural. Contudo, no contexto da vida missionária, essas experiências oníricas foram sistematicamente selecionadas, enquadradas e interpretadas pelos jesuítas sob uma ótica moral cristã, sendo transformadas em ferramentas narrativas e pastorais voltadas para promover a conversão, a disciplina e a obediência.

O próximo artigo intitula-se *Os guarani-missioneiros no centro do estado do Rio Grande do Sul após a expulsão da Companhia de Jesus dos impérios coloniais: análise do caso da aldeia de São Nicolau da Cachoeira (séculos XVIII e XIX)*. Nele, Vinicius Silveira Cerentini, a partir de dados coletados em arquivos locais – privilegiando os extraídos dos livros de batismo da aldeia de São Nicolau da Cachoeira –, procura demonstrar que, no período que se estende da Guerra Guaranítica (1753-1756) até aproximadamente a tomada definitiva do espaço missioneiro pelos lusitanos, em 1801, a população nativa oriunda da região das Missões Jesuíticas circulou e se fixou em locais que considerava ser território ancestral. De acordo com Cerentini, face a esta situação, a administração portuguesa adotou políticas etnocidas e de desenraizamento da população nativa, a fim de facilitar o esbulho das terras ancestrais e, sobretudo, o avanço colonial em direção ao oeste gaúcho.

Diego Giovani Bonifácio é o autor do artigo *A igreja de São Miguel Arcanjo através dos relatos de viajantes: cotejamento documental e correções historiográficas (1756-1937)*, que apresenta o cotejamento sistemático de vinte e três relatos de viajantes que descreveram a igreja de São Miguel Arcanjo entre 1756 e 1937, analisando convergências e dissonâncias nas descrições arquitetônicas, a partir da proposição de três períodos históricos, a saber, templo em funcionamento (1756-1801), ruína progressiva (1789-1900) e consolidação patrimonial (1937). A investigação concentra-se especialmente na questão das descrições feitas das torres da fachada principal, demonstrando que interpretações historiográficas consolidadas sobre a existência de duas torres carecem de respaldo documental, apontando para a relevância metodológica do cotejamento de fontes para o refinamento do conhecimento sobre a arquitetura missioneira.

O nono artigo intitula-se “*Un derecho lejítimo pues que éste suelo era poseído por nuestros mayores*”: a memória como estratégia dos guaranis no pleito por suas terras missioneiras (1828). Nele, Maria Luiza Fritsch Eloy reflete sobre a importância da memória como uma estratégia dos indígenas guaranis na defesa de seu direito às terras missioneiras no sul da América, em um contexto de esbulho desses territórios. A autora se detém no caso da tentativa de venda da estância de São Vicente – que constitui o atual município de São Vicente do Sul, no Rio Grande do Sul –, por parte das lideranças do Povo missioneiro de São Miguel, em 1828. A análise considerou a Declaração de Venda de Terras de São Vicente e as atas do acordo firmado entre as lideranças dos Sete Povos e Fructuoso Rivera, uma vez que a negociação ocorreu no contexto da migração de parte dos guaranis dos Sete Povos das Missões para a República Oriental do Uruguai, acompanhando as tropas do general uruguaio.

Em *Caminhos da palavra: a história missioneira entre patrimônio e direito à terra*, Clara Correia Lima Felix discute as noções de temporalidade, narrativa histórica e patrimônio a partir dos filmes *Tava*, *Casa de Pedra* (2012) e *Mokoi Tekoá, Petei Jeguatá* – Duas Aldeias, uma Caminhada (2008), concebidos pelos cineastas mbyá-guarani Ariel Kuaray Ortega e Patrícia Pará-Yxapy. De acordo com a autora, os idealizadores do filme usam a ideia de caminhada (*Jeguatá*) como fio condutor dos documentários, cujas tramas conectam passado e presente indígena, o que possibilita a reflexão sobre as noções de narrativa e patrimônio indígena frente às questões do presente, e, especialmente, de direito à terra e à vida entre os Mbyá-Guarani.

O artigo *De “estancia de las vacas” a patrimonio cultural de la Nación: cadera de las huérfanas*, de Margarita Nilda Barretto Angeli, encerra o dossiê. Nele, a autora apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental, complementada por história oral, entrevistas e observação não participante, sobre as missões de São Miguel (Brasil) e San Ignacio Miní (Argentina), privilegiando a discussão dos complexos processos histórico-políticos e socioeconômicos que levaram ao abandono de uma estância jesuítica localizada no atual território do Uruguai no início do século XIX. Para tanto, contextualiza os eventos que promoveram a independência da Argentina e do Uruguai e destaca seus efeitos sobre a região em que as missões jesuíticas haviam se instalado, apontando também para o papel fundamental desempenhado por alguns indivíduos em projetos voltados para a preservação deste patrimônio.

Este número da revista do IHGRGS conta, ainda, com a publicação de fotos do acervo de Carlos Galvão Krebs, sediado no instituto, e do discurso de recepção do professor Earle Diniz Macarthy Moreira ao instituto, am-

bos de importante atuação no tema do dossiê e destacados pesquisadores.

Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Dra. Maria Cristina Bohn Martins

**Organizadoras do Dossiê “Missões jesuítico-guaranis: história,
patrimônio e memória”**

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Bel. Tiago Leles de Oliveira

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

Victoria Camargo de Aquino Augusto

Editor-Junior